

Dívida: uma economia ^{externa}

É quanto o País vai deixar de pagar até março, graças

de US\$ 2,1 bilhões.

a um acordo com os credores.

JORNAL DA TARDE

6 JAN 1987

EUA crescerão mais lentamente em 1987

Apesar de tudo, a economia norte-americana deverá continuar a expandir-se em 1987, marcando o quinto ano consecutivo de crescimento, segundo previsões da administração Reagan, da diretoria da Reserva Federal e de economistas privados.

Mas o ritmo de crescimento dificilmente poderá ser chamado de robusto. O consenso de 51 especialistas registrado pelo **Blue Chip Economics Indicators Newsletter** é de que a economia deverá crescer 2,5% em 1987, mais ou menos o mesmo índice verificado em 1985 e em 1986.

Em termos práticos, esse é um ritmo lento demais para provocar qualquer redução no índice de desemprego de 7% bem como para gerar novas receitas fiscais em quantidade suficiente para diminuir o déficit do orçamento federal. Também é um índice de crescimento fraco demais para sustentar o aumento no padrão de vida que os norte-americanos se acostumaram a esperar.

Para determinadas regiões dos Estados Unidos, a menção a um quinto ano de expansão dificilmente chega a ser relevante. Tudo depende de seu lugar e de sua posição, como disse James E. Annable, economista do First National Bank of Chicago.

Na região do petróleo, no Sudoeste, a esperança é de que a recente firmeza nos preços possa persistir, o que impedirá que a situação se torne pior. No cinturão agrícola, 1987 assinala o sexto ano de queda de preços de **commodities** e de mercados estrangeiros cada vez menores.

Possivelmente, o aspecto mais impressionante do crescimento que os economistas estão esperando este ano é na mudança de suas forças. Ao invés do aumento nos gastos dos consumidores, Annable e outros economistas esperam uma melhoria significativa no déficit comercial, que já estava atingindo um recorde de US\$ 159 bilhões em 1986. A premissa desses economistas é de que o dólar já se enfraqueceu o suficiente em relação às moedas do Japão e da Europa Ocidental, para tornar os produtos norte-americanos mais competitivos nos mercados externos.

Georges F. Rocourt, economista do Mercantile Savings Deposit and Trust Co., de Baltimore, acredita que o setor de manufaturas terá novo impulso com a aprovação, pelo Congresso, de medidas comerciais protecionistas e legislações referentes à política industrial.

Edward Guay, economista do Cigna Corp., disse que as mudanças na lei fiscal também deverão ajudar o setor de manufaturas porque irão desviar o capital de utilizações sem fins produtivos.

Contudo, teme-se que os consumidores, que gastaram a níveis de **boom** econômico em 1986, possam retrair-se por causa das intensas dívidas ou pela perda de confiança, antes que os benefícios de uma melhor posição comercial se façam sentir.

Para John O. Wilson, economista do Bank of America, "nós estamos ingressando num período de crescimento lento e estagnado nos próximos vários anos".

Susan F. Rasky, do N.Y. Times

Um alívio provisório, porém considerável: o Brasil deixará de pagar, durante este primeiro trimestre, US\$ 2,1 bilhões da dívida externa, o que representaria um desembolso de US\$ 700 milhões mensais, em média. Atribuído ao compromisso dos bancos estrangeiros em não considerarem o País inadimplente, o acordo foi anunciado ontem por Fernão Bracher, presidente do Banco Central. Ele acrescentou que durante esse período serão honrados apenas os juros da **libor** (taxa interbancária de Londres), mais um **spread** (taxa de risco) de 1,25% para os débitos das empresas privadas e de 1,125% para os do setor público. O acordo foi concluído em dezembro último, em Nova York, pelo diretor da Dívida Externa do BC, Antonio de Pádua Seixas.

Uma categorizada fonte do Banco Central acrescentou que o acordo para esses três meses é apenas provisório. Caso os negociadores brasileiros consigam até fins de março com o comitê de assessoramento dos bancos, um acordo que proporcione a redução dos **spreads** para algo próximo a 0,8% — o que foi obtido pelo México.

Pádua Seixas informou que as negociações dos bancos, envolvendo aproximadamente US\$ 70 bilhões, serão iniciadas efetivamente após a conclusão de um acordo com o Clube de Paris, previsto para pelo menos uma semana após o início do encontro, marcado para dia 19 próximo.

A expectativa do Banco Central é de que até fins de março já estejam terminadas duas renegociações simultâneas. A primeira, diz respeito ao reescalonamento plurianual, de cinco ou seis anos, da dívida externa e, a segunda, ao refinanciamento dos créditos interbancários e comerciais de US\$ 15,5 bilhões, que vencem em 31 de março. Desde 1982, o Brasil vem procedendo apenas aos pagamentos de juros e renovando seguidamente os créditos de curto prazo. Os bancos estrangeiros acabaram aceitando o fato de que o País não tem condições de honrar o principal da dívida e os juros ao mesmo tempo.

País puniu banco credor?

O Brasil determinou que o banco norte-americano Mellon encerre atividades e deixe o país, porque se negou a manter suas linhas de crédito de curto prazo. A informação é do jornal **Financial Times**, de Londres.

A decisão, segundo o jornal, foi tomada antes de o Brasil reiniciar as negociações para o reescalonamento de sua dívida externa. A publicação acrescenta que, segundo tudo indica, a causa foi o mal-estar causado entre as autoridades brasileiras pela atitude do Mellon Bank em face do pedido de rolagem de US\$ 31 bilhões de empréstimos comerciais e juros vencidos em 1985-86. O acordo foi fechado em setembro.

Embora o Mellon e demais empresas bancárias tenham concordado em rolar as linhas de crédito de prazos médio e longo, o banco negou-se a manter a linha de crédito de curto prazo. E, embora tecnicamente esta linha não integrasse o pacote de negociação, o governo brasileiro e os bancos haviam-na incluído, dado seu montante: US\$ 9 bilhões, noticia o **Financial Times**.

Os outros bancos pressionaram o Mellon para que mudasse de atitude, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, teria dito — segundo o jornal — que, com sua atitude, o banco norte-americano perdeu o direito de ser considerado com seriedade no mercado internacional.